



XIV ANPED-CO

XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

3447 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)

GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Maria Gabriela de Assis Souza - UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

RESUMO: A formação da cultura e identidade brasileiras está relacionada a uma miscigenação de povos que trouxeram ao país suas histórias, tradições e crenças. A mistura de povos gerou uma transformação de pensamentos que resultou em uma identidade própria, com raízes diversificadas. Ortiz (1986), se dispõe a tratar na obra “Cultura brasileira e identidade nacional”, do problema da identidade nacional, a partir da questão racial e da miscigenação de brancos, negros e índios. Em determinado momento histórico, a questão racial passou a ser vista como determinante para a evolução educacional do país, levando educadores respeitados da época a elaborarem um manifesto com propostas de reconstrução educacional em todos os níveis, sob discurso democrático, porém, com nítido caráter eugenista. Propomos neste trabalho, tratar sobre a formação da identidade nacional, com base em Ortiz, para posterior análise da reconstrução educacional sugerida no “Manifesto dos pioneiros da educação nova” (1932). Para finalizar, trataremos o exame do artigo “Educar para regenerar e selecionar. Convergências entre os ideários eugênico e educacional no Brasil”, de Gualtieri (2008), apontando uma visão contemporânea dessas questões.

Palavras-chave: Identidade nacional. Miscigenação. Reconstrução educacional.

A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

RESUMO: A formação da cultura e identidade brasileiras está relacionada a uma miscigenação de povos que trouxeram ao país suas histórias, tradições e crenças. A mistura de povos gerou uma transformação de pensamentos que resultou em uma identidade própria, com raízes diversificadas. Ortiz (1986), se dispõe a tratar na obra “Cultura brasileira e identidade nacional”, do problema da identidade nacional, a partir da questão racial e da miscigenação de brancos, negros e índios. Em determinado momento histórico, a questão racial passou a ser vista como determinante para a evolução educacional do país, levando educadores respeitados da época a elaborarem um manifesto com propostas de reconstrução educacional em todos os níveis, sob discurso democrático, porém, com nítido caráter eugenista. Propomos neste trabalho, tratar sobre a formação da identidade nacional, com base em Ortiz, para posterior análise da reconstrução educacional sugerida no “Manifesto dos pioneiros da educação nova” (1932). Para finalizar, trataremos o exame do artigo “Educar para regenerar e selecionar. Convergências entre os ideários eugênico e educacional no Brasil”, de Gualtieri (2008), apontando uma visão contemporânea dessas questões.

Palavras-chave: Identidade nacional. Miscigenação. Reconstrução educacional.

Introdução

Para a análise proposta neste artigo, foram escolhidos três textos que, a nosso ver, representam uma reflexão bastante importante quanto a evolução histórica do Brasil, capaz de tratar de forma clara e objetiva a formação do povo brasileiro e, conseqüentemente, a interferência dessa formação multicultural nas políticas educacionais.

O texto “Cultura brasileira e identidade nacional”, de Ortiz (1986) é interessante para introdução do tema com um retrospecto histórico da constituição do povo brasileiro, composta pela miscigenação de povos (índios, brancos e negros). Num segundo momento, o autor relata a preocupação de cientistas educacionais do século XIX quanto a mistura de raças, o que, para eles, justificava o atraso no desenvolvimento do país e reclamava uma solução. Para este trabalho foram utilizadas as reflexões dos capítulos 1 e 2 da referida obra.

Em “O Manifesto dos pioneiros da educação nova” (1932), documento elaborado por Fernando de Azevedo em 1932 e subscrito também por mais 25 educadores da época, trata dos problemas enfrentados pela educação no Brasil naquele momento, e propõem uma reconstrução educacional, mediante a implementação de diretrizes, reformas, finalidades e princípios que serviriam para alcançar a função social da educação, de forma democrática. No entanto, pregavam uma hierarquia de capacidades, em que as condições biológicas determinariam a capacidade e inteligência do indivíduo, revelando o caráter eugênico do manifesto.

No terceiro texto, “Educar para regenerar e selecionar. Convergências entre os ideários eugênico e educacional no Brasil”, Gualtieri (2008) propõe uma discussão acerca do pensamento eugenista e pedagógico no Brasil, tendo como ponto de referência histórica o início do século XX, em que se considerava que as diferenças e capacidades individuais eram determinadas pelas condições biológicas. Aponta a existência de um discurso atual muito mais democrático, igualitário e livre dos preconceitos e discriminações dos séculos passados, mas que, na prática, ainda se revestem de uma hierarquia de capacidades e sentimento de seleção intelectual por raças e classes sociais.

1 Cultura Brasileira e Identidade Nacional

No texto de Ortiz (1986), o autor se dispõe a tratar do problema da identidade nacional, a partir da questão racial e da miscigenação das três raças (branco, negro e índio), fazendo um retrospecto histórico da constituição da população brasileira, composta pelos índios primitivos da terra, brancos colonizadores e exploradores e negros africanos escravizados para mão-de-obra na colônia.

Destaca, a princípio, o evolucionismo em contexto mundial no fim do século XIX e início do século XX, o que explicaria a supremacia dos europeus sobre os demais povos, em que eles teriam alcançado o ápice da evolução e da civilização, enquanto os demais povos não. Os não europeus estariam relegados a condição de inferiores, não civilizados e assim, sujeitos a seguir o modelo de perfeição europeu para serem considerados passíveis de desenvolvimento.

A situação brasileira, por outro lado, apresenta um atraso ao invés de um progresso. Do ponto de vista civilizatório, o país é classificado como inferior, sem condições sociais mínimas, especialmente pelas peculiaridades das características naturais e humanas que aqui se encontravam, pautadas na existência de meio e raça que dificultavam a implantação da cultura europeia, o que impossibilitava a criação e consolidação de uma identidade nacional.

Os precursores das ciências sociais no Brasil, utilizados pelo autor como referências no texto (Silvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha), reforçavam, de certo modo, as diferenciações e comparações entre as diversas características dos brasileiros, classificando-os em grupos. Também acreditavam que a identidade nacional não poderia ser uma cópia da metrópole, justamente porque o meio e a raça inferiores existentes no Brasil não se equiparavam aos da Europa. A geografia, o clima, a vegetação, etc, e a raça eram totalmente diferentes.

O meio, muito peculiar, era visto com olhos de reprovação, pois o clima, a terra, os ventos e tudo mais,

impediam a implantação da cultura europeia (Burkle).

No Brasil, Silvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, aceitam tal interpretação, mas acrescentam que a questão racial complementa e aprofunda a justificativa para os debates sobre o atraso nacional. Romero chega a tratar do problema racial como mais determinante para explicar a estrutura política, social, estética e moral do país. Em princípio, condena o cruzamento inter-racial, defendendo a ideia de degeneração pela mestiçagem.

Ortiz (1986) destaca que as obras literárias da época limitavam a refletir e retratar personagens a imagem dos europeus ou então, índios civilizados. Antes da abolição, os negros não apareciam em qualquer manifestação literária, como se não existissem na realidade do país. Há um esquecimento do negro escravo, que passa a fazer parte do contexto social e de movimentos culturais brasileiros somente depois da abolição. Nesse passo, o negro passa ao nível de aliado do branco, pela força de trabalho, enquanto o índio é condenado ao desaparecimento.

É nesse momento que os estudiosos brasileiros enxergam a mestiçagem como uma realidade, mas também, como uma problemática que deve ser solucionada, pois seria complexo lidar com a fusão de 3 raças (branco, negro e índio). A questão era: “Como tratar a identidade nacional diante da disparidade racial”.

O autor relata momentos históricos, em que o índio aparece na literatura brasileira, outros períodos em que o negro aparece após um tempo de invisibilidade, retratando assim a participação desses povos nos períodos sociais em que essas obras foram criadas. Após, a sociedade enxerga um fato irreversível, o chamado mito das três raças, ante a miscigenação que formava o brasileiro.

A representatividade do índio e do negro nas manifestações culturais e literárias no Brasil revelavam a conceituação desses povos como rebaixados, enaltecendo os europeus. Desse modo, qualquer aproximação do branco europeu com esses povos inferiores resultavam numa forma de se “abrasileirar” o branco, que ia aos poucos perdendo as características de civilização e se reduzia cada vez mais a processos de degeneração social, moral e ética. E se ao contrário, se afastassem desses povos, poderiam retomar o progresso.

O texto considera que após uma fase de descoberta do mestiço e suas características, o país passou por profundas transformações sociais, com o processo de urbanização e industrialização, desenvolvendo um proletariado, refletindo também a difusão das três raças nas diferentes classes sociais e diversos grupos culturais, integrando as manifestações africanas, indígenas e europeias, que de uma certa forma representavam o “Brasil-cadinho”, ou seja, um Brasil com um pouquinho de cada cultura/tradição envolvida. Ao se misturar, essas manifestações se distanciam da origem específica e se moldam para englobar as outras, constituindo-se de maneira diferenciada e, portanto, nova, a exemplo do samba que, segundo o autor, possui origens africanas, mas tornou-se símbolo nacional brasileiro, com características próprias.

Destacando esse ponto, conclui que os movimentos apresentados pelas três raças no processo de ressignificação cultural deu origem a criação de uma identidade nacional. Embora essa identidade impossibilite o retorno às manifestações originais de cada povo, uma vez que já está permeada pelas peculiaridades das raças e tradições, marcam o significado próprio da brasilidade em que todos os envolvidos são e se consideram reconhecidos como nacionais.

2 O Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932)

Trata-se de um texto elaborado em 1932, por Fernando de Azevedo, subscrito por mais 25 educadores da época, em que analisam a importância e os problemas enfrentados pela educação no Brasil naquele momento, e propõem uma reconstrução educacional, mediante a implementação de diretrizes, reformas, finalidades e princípios que serviriam para alcançar a função social da educação, de forma democrática. Consideravam que a educação era o problema mais grave na hierarquia dos problemas nacionais, acima até mesmo das questões econômicas.

Expõem a necessidade de o educador ser filósofo, para ter a sua filosofia da educação, trabalhando

cientificamente para os objetivos educacionais, e, ser sociólogo, para lidar com a existência de culturas múltiplas e dotadas de diversidades, para perceber além do aparente e do efêmero da vida humana.

O grupo de educadores consideravam que suas verdades estão sendo vistas como inspiração de novos ideais de educação, que denominavam o movimento de renovação educacional, propondo discussões sobre o tema e diretrizes a serem seguidas, reformando o modelo ineficiente implantado.

Justificam que a importância da educação varia ao longo da história e evolução da sociedade, refletindo, em cada época, a filosofia predominante determinada pela estrutura social existente. Por essa razão, propõem que a chamada educação nova amplie a sua finalidade para além dos limites de classes, assumindo “com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar ‘a hierarquia democrática’ pela ‘hierarquia das capacidades’, (...)”, o que tornaria a educação aberta a todos os grupos sociais, com as mesmas oportunidades.

O primeiro ponto de destaque para efetivação dessa educação democrática seria o reconhecimento da responsabilidade estatal em face da educação, elencando tópicos específicos para detalhar de forma pormenorizada como entendem a participação do Estado na promoção da educação. Consideraram: a) A educação, uma função essencialmente pública - em que o Estado possui o dever de proclamar e garantir a educação como um direito, com função social relevante e eminentemente pública; b) A questão da escola única - propõem a escola única, mas assentada no princípio do direito biológico, em que o desenvolvimento educacional do indivíduo estaria ligado às suas condições biológicas e vitais (haveria aqui uma certa desigualdade camuflada de exclusão por razões biológicas). c) A laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação - concebidos como princípios basilares da educação. A laicidade pressupõe a liberdade de crença e religião, que não poderia sofrer influências por parte da escola. A gratuidade garantiria o acesso igualitário a todos, independente de condições econômicas. A obrigatoriedade prevê a necessidade de formação educacional como imprescindível para a formação do indivíduo produtivo, trabalhador. A coeducação estabelece a educação em comum, ou seja, sem separações entre os sexos, além das distinções que exigiriam as aptidões psicológicas e profissionais dos indivíduos de sexos diferentes.

Mediante a aplicação e efetivação desses princípios a educação passaria a ter uma universalidade, ao serem consagradas na legislação nacional como pressupostos da educação e direitos da pessoa.

Apesar do discurso aparentemente democrático e igualitário que se observa no texto, o manifesto traz, intrinsecamente e de forma bastante clara, a figura da exclusão em decorrência de fatores biológicos, especialmente o que se denominou de “seleção de alunos nas suas aptidões naturais”, revelando o caráter ainda eugênico, antidemocrático e nada igualitário do ponto de vista humano, refletindo, na verdade, as concepções conservadoras, preconceituosas e desiguais dos educadores e da sociedade da época.

3 Educar para regenerar e selecionar. Convergências entre os ideários eugênico e educacional no Brasil.

Gualtieri (2008), em “Educar para regenerar e selecionar. Convergências entre os ideários eugênico e educacional no Brasil”, propõe uma discussão acerca do pensamento eugenista e pedagógico no Brasil, tendo como ponto de referência histórica o início do século 20, em que se considerava que as diferenças e capacidades individuais eram determinadas pelas condições biológicas, construindo uma hierarquia de capacidades a partir das características biológicas, o que era defendido por intelectuais, estudiosos e educadores da época. Cita o que Foucault denominou de biopoder, selecionando os indivíduos por valor e utilidade como questão biológica e política, ligada ao desenvolvimento sadio ou não de uma sociedade, com base nas populações que essa sociedade produzia.

Inicia o texto afirmando que a eugenia ou censura biológica estava atrelada à ideia de intervenção social que pretendia administrar a vida e dinâmica demográfica das populações por meio de uma seleção de indivíduos, buscando sempre os considerados bons exemplares humanos no sentido biológico e moral, para exclusão e morte dos considerados inferiores.

Com esse propósito, a eugenia se firmou como um movimento social e científico entre o século XX e

meados dos anos 40, com a finalidade de enfrentar problemas sociais relativos a saúde, higiene, raça, pobreza e violência, por meio da eliminação de raças sem aptidões intelectuais ou utilidades sociais relevantes. Assim, estariam criando uma raça mais homogênea e, portanto, melhor em todos os aspectos, solucionando assim os problemas sociais, atribuídos principalmente a existência de indivíduos incapazes e negros no meio social.

Nesse contexto, ao passo que as discussões sobre a supremacia de raças e eugenia eram alavancadas por estudiosos na medicina e da antropologia, a exemplo de Galton e, no Brasil, João Baptista Lacerda, inclusive em Congressos e eventos internacionais sobre raças e assuntos vinculados, a questão da mestiçagem passava a ser vista como algo positivo para a ideia de homogeneização da população. Para eles, o mestiço não se apresentava com capacidade inferior, o que revelava que o processo de mestiçagem produziria descendentes brancos e, conseqüentemente, o branqueamento da população faria com que o negro desaparecesse, afinando também a inteligência como efeito da mestiçagem e branqueamento da população. Seria um processo eugênico de “melhoramento racial”.

O texto ressalta que nesse ponto, dois movimentos se confundiam, o eugenista e o higienista, o que foi concebido de forma distinta por Ronquete-Pinto, médico e antropólogo citado pela autora. Para ele, a higiene procura melhorar o meio, o indivíduo, enquanto a eugenia busca o melhoramento da raça e, ainda, dizia que a causa dos problemas sociais do Brasil eram muito mais sociais do que biológicas.

Nessa perspectiva, a educação contribuía para o fortalecimento moral da população miscigenada, considerando ser possível conscientizar a população do seu dever de seguir condutas capazes de evitar as chamadas doenças da raça e do gémem. Acreditavam na educação do brasileiro como forma de solução dos problemas sociais.

Ao contrário disso, segundo a autora, Renato Kell, médico e um dos articuladores do movimento eugênico no Brasil acreditava no papel da educação na formação do sujeito moral e inteligente, mas tinha como pressuposto que somente com homens bons isso seria possível. Para ele, a hereditariedade tem suma importância para o êxito da educação desse indivíduo: “sem bom material, não é possível boa criatura”. Condenava o casamento inter-raciais mas acreditava que com o processo de mestiçagem os negros desapareceriam, expurgando os indesejáveis do planeta.

Partia-se então para a discussão sobre o papel da educação no contexto eugenista estabelecido, tendo educadores profissionais como Fernando de Azevedo (que foi membro da Sociedade Eugênica de São Paulo), destacado em sua obras o pensamento higienista mesclado com o pensamento eugenista, propondo a regeneração étnico-racial da população brasileira por meio da educação física científica e generalizada. Por meio da educação se conseguiria o comprometimento moral dos indivíduos com a posteridade, no sentido de inserir na consciência do brasileiro que a purificação e fortalecimento da raça pelo branqueamento era um dever para a posteridade, sendo esse pensamento enxertado em crianças e jovens durante a formação escolar.

A discussão foi convincente a ponto de se preconizar na Constituição Federal de 1934 o estímulo à educação eugênica, legitimando a prática seletiva e de exclusão para se construir a hierarquia das capacidades, fazendo eco ao biopoder e ao papel da escola como estabilizador social.

4 CONCLUSÃO

Principalmente nos países latino-americanos, em razão do variado encontro de raças e culturas, observava-se uma dificuldade em construir uma identidade nacional, sendo o movimento eugenista vislumbrado como mecanismo para homogeneizar e purificar a população, e assim, resolver o problema racial existente e que impedia a construção de uma nacionalidade própria. A mestiçagem era considerada um problema a ser solucionado.

O movimento que buscava o melhoramento através das políticas eugênicas de branqueamento pela mestiçagem passava a ideia de educar para selecionar, respeitando as diferenças biológicas e selecionando os alunos por aptidões mentais/biológicas. Nesse momento da história, o documento denominado “O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, foi encabeçado por Fernando de Azevedo, e propunha ao povo e ao governo princípios e diretrizes educacionais de caráter eugênico

para a evolução da educação no Brasil.

Os textos escolhidos, em especial o terceiro, trata dos efeitos desse movimento do passado nos dias atuais, afirmando que teria havido um apagamento do ideário eugenista no pensamento social e científico da atualidade, mas conclui que isso não significa que a referida ideia esteja inoperante nos dias de hoje.

É necessário reconhecer o esforço perpetrado pelas minorias para alcançar seu espaço de fato e de direito enquanto sujeitos dotados das mesmas capacidades e membros de uma única raça, a humana, independente do meio e das origens raciais, com os mesmos anseios e necessidades sociais, políticas, econômicas e educacionais.

REFERÊNCIAS

HISTEDBR. *O manifesto da educação nova (1932)*. In Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf. Acesso em 18.06.2018.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 2. Ed., São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 13-44.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. *Educar para regenerar e selecionar. Convergências entre os ideários eugênico e educacional no Brasil*. In Estudos de Sociologia, Araraquara, v.13, n.25, p.91-110, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1147/933>. Acesso em 18.06.2018.